

## LEI LUCAS: IMPLANTANÇÃO DA LEI NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO A PARTIR DE UM PROJETO DE EXTENSÃO<sup>1</sup>

Rita Fernanda Monteiro Fernandes<sup>2</sup>, Andressa Peripolli Rodrigues<sup>3</sup>, Sandra Maria de Mello Cardoso<sup>4</sup>, Lucimara Sonaglio Rocha<sup>5</sup>, Graciela Dutra Sehnem<sup>6</sup>, Marieli Terezinha Krampe Machado<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Projeto de Extensão

<sup>2</sup> Autor

<sup>3</sup> Autor

<sup>4</sup> Autor

<sup>5</sup> Autor

<sup>6</sup> Autor

<sup>7</sup> Autor

**Resumo:** A Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensinos públicos e privados, de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Diante disso, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de ações educativas de primeiros socorros voltadas aos profissionais da rede de educação básica e de recreação infantil, públicas e privadas, realizadas em um município da região noroeste do Rio Grande do Sul. Assim, foi possível capacitar os profissionais das escolas, tanto professores quanto os demais funcionários a respeito dos procedimentos em casos que necessitem primeiros socorros, além de contribuir na redução dos agravos infantis, decorrentes de acidentes. Conclui-se que muitas crianças possam ser salvas diante de um acidente no ambiente escolar e de recreação, caso pessoas próximas saibam aplicar os primeiros socorros adequadamente, evitando complicações e até morte.

**Palavras-chave:** Mortalidade na Infância; Primeiros Socorros; Educação; Enfermagem.

### Introdução

A redução das taxas de mortalidade em crianças é importante questão de Saúde Pública e uma das principais prioridades e metas dos Gestores em todos os países do mundo. Conforme o Instituto de Pesquisas e Ensino em Saúde Infantil – PENSI (2018), no Brasil, a taxa de mortalidade na infância sofreu redução de 68%, entre os anos de 1990 e 2015, cumprindo a meta estabelecida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Por outro lado, enquanto houve significativa queda nas taxas de mortalidade na infância,

aumentou o número de crianças que morreram por causas evitáveis como, acidentes de trânsito, asfixia por corpo estranho, afogamentos e queimaduras, assim ficando evidente a falta de conhecimentos e despreparo da população para lidar diante de tais situações.

Diante da necessidade de realizar ações de educação em saúde, o Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído no ano de 2007 por meio de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação. O programa visa fortalecer ações na perspectiva do desenvolvimento integral da comunidade escolar, oportunizando sua participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, com vistas a enfrentar vulnerabilidades que comprometam o pleno desenvolvimento das crianças e dos jovens brasileiros (BRASIL, 2011).

Crianças e adolescentes possuem seus direitos garantidos por Lei, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente e atualmente observa-se uma preocupação das instituições públicas e privadas em garantir esses direitos, em especial, às questões relacionadas aos acidentes e violências durante essa fase da vida (LIBERAL et al., 2005). Para os autores, essa preocupação deve-se ao fato de que os índices de acidentes e violência vêm aumentando constantemente, tornando-se um grave problema de saúde pública.

O enfermeiro por ser um profissional da área de saúde, com nível superior e possuir amplos conhecimentos em educação em saúde, é o profissional mais indicado para realizar atividades educativas nas escolas. Autores reforçam que é necessário prevenir os acidentes escolares, mas que para isso são fundamentais a capacitação e o ensino, ressaltando a presença do profissional enfermeiro com suas atribuições enquanto promotor de saúde nos ambientes de ensino (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014).

Além disso, conforme Tinoco, Reis e Freitas (2014), a educação em saúde vincula o alcance de conhecimentos e habilidades básicas com o senso de identidade, autonomia, solidariedade e responsabilidade dos indivíduos por sua própria saúde e a da comunidade, compondo saberes, aptidões e atitudes e proporcionando informações de qualidade. Assim, a escola torna-se um espaço privilegiado para práticas de educação à saúde e prevenção de agravos, sendo necessário despertar em cada indivíduo a capacidade para enfrentar problemas do cotidiano, com estímulo a atitudes e comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar (BRASIL, 2011).

O treinamento de primeiros socorros não deve ficar restrito aos trabalhadores da área da saúde, mas sim deve ser destinado aos demais membros da sociedade, uma vez que qualquer pessoa pode necessitar de atendimento imediato seja no local de trabalho, no trânsito, no próprio lar, na escola ou em qualquer outro lugar. Em suma, a capacitação em

primeiros socorros é válida para todo o ser humano que preza pela própria vida e pela vida de terceiros (RAGADALI et al., 2015).

Ainda, ressalta-se a importância de oferecer capacitações possibilitando que, tanto professores quanto outros profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes, estejam adequadamente habilitados para prestar os primeiros socorros de forma ágil, eficaz e segura. Tal medida objetiva que estes profissionais estejam instrumentalizados e possam agir prontamente, minimizando complicações e agravos frente às situações de urgência e emergência no ambiente escolar que podem apresentar-se com frequência.

A Lei nº 13.722, também conhecida como Lei Lucas estabelece a obrigatoriedade da “capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil”. O seu objetivo é aumentar a segurança de crianças e adolescentes dentro do espaço escolar ou recreativo, oferecendo o conhecimento necessário para que os profissionais possam lidar com situações emergenciais (BRASIL, 2018).

No entanto, é reduzido o número de escolas públicas com equipes treinadas para prestar atendimento de primeiros socorros, entre os quais destaca-se a reanimação cardiopulmonar (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014). Além disso, as dificuldades no manejo em casos de acidentes escolares são confirmadas na literatura pela deficiência de conhecimentos pelos professores sobre as condutas corretas a serem tomadas nas diferentes situações (SILVA et al., 2017).

Diante da falta de conhecimento dos profissionais que atuam na rede educacional, mais difícil será a reversão da situação-problema em casos de acidentes (LEITE et al., 2018). Ademais, o profissional de educação sem o devido preparo pode atuar na prestação da assistência e adotar condutas inadequadas, as quais poderão agravar ainda mais o caso.

Frente ao exposto, o presente trabalho objetiva relatar a experiência de ações educativas de primeiros socorros voltadas aos profissionais da rede de educação básica e de recreação infantil, públicas e privadas, realizadas em um município da região noroeste do Rio Grande do Sul (RS).

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado a partir da realização de um projeto de extensão intitulado “Implantação da Lei 13.722/18 “Lei Lucas”

nas escolas e creches do município de Santo Ângelo/RS”, por meio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFFar)/*Campus* Santo Ângelo.

O município localiza-se na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, conhecida também como região das Missões. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município no ano de 2019 era de aproximadamente 78 mil habitantes (BRASIL, 2020).

O Plano Municipal de Educação 2015/2025 indica a existência de 61 estabelecimentos de ensino no município, destes, 22 da rede municipal, 21 da rede estadual, um da rede federal e 17 da rede privada. Somadas, as 43 escolas públicas da rede municipal e estadual de ensino fundamental e de educação infantil recebem cerca de 5.800 alunos e possuem por volta de 700 funcionários, entre professores e monitores (SANTO ÂNGELO/RS, 2015).

O primeiro contato com as escolas foi realizado diretamente com as direções para definição da data e horário para a realização das oficinas dentro do espaço físico das próprias escolas. Os encontros foram realizados em cada instituição ao longo do ano de 2019 com periodicidade quinzenal, a fim de que a totalidade de profissionais do quadro institucional tivesse a oportunidade de participar no turno inverso de trabalho.

Cada oficina teve duração aproximada de duas horas e tiveram como moderadoras docentes enfermeiras do IFFar/*Campus* Santo Ângelo. A capacitação em primeiros socorros foi organizada em dois módulos, os quais contemplaram os aspectos teóricos (com a projeção em multimídia) e práticos (por meio de manequins simuladores) referentes às ações a serem realizadas em diferentes situações.

No primeiro módulo do curso foram abordados temas como intoxicações e envenenamentos por diversas causas (alimentos, plantas, produtos químicos) e mordidas de animais (aranhas, cobras e escorpiões), queimaduras, febre, convulsão, tontura, desmaio e hemorragias. No segundo módulo foram discutidos luxações, entorses, fraturas, traumatismo crânio-encefálico (TCE), obstrução de vias aéreas por corpo estranho (OVACE) e reanimação cardiopulmonar (RCP).

Para o planejamento, proposição e execução das atividades do projeto de extensão, o referencial metodológico utilizado fundamentou-se na educação conscientizadora/problematizadora de Paulo Freire operacionalizada por meio de oficinas de educação em primeiros socorros. Essa metodologia favoreceu a efetiva atuação daqueles que dela participaram, propiciando um processo educativo eficaz, no qual seus participantes não são espectadores, mas sujeitos reflexivos e ativos (FREIRE, 1996).

As oficinas baseadas nessa metodologia criaram um clima lúdico e pedagógico, amparados no diálogo, na interação e na troca de saberes em que os moderadores e os participantes construíram a vivência de aprendizagem pela interação dialógica e de trocas de conhecimento, apontando soluções aos problemas propostos nas oficinas. Ressalta-se que é uma forma de trabalho didático e pedagógico baseada no prazer, na vivência e na participação em situações reais e imaginárias, em que, por intermédio de técnicas de dinâmica de grupos, rodas de conversa e outros, os participantes trabalharam situações concretas que podem estar presentes em seu cotidiano.

Nas escolas pertencentes à rede municipal de ensino, a Secretaria Municipal de Educação foi responsável por organizar os grupos de funcionários que iriam participar da capacitação de primeiros socorros, fazendo o convite às escolas e creches municipais, a fim de que cada encontro contasse com um número de participantes condizente para o entendimento e aprendizagem dos temas abordados, e participação nas simulações práticas. Cada grupo de funcionários participou de dois encontros, onde cada um representava um módulo do projeto de extensão, totalizando trezentos e cinquenta e oito pessoas, dentre professores e monitores das escolas e das creches.

Ao longo das atividades os participantes trouxeram suas contribuições, experiências e dúvidas em relação aos assuntos explanados, bem como, realizaram a simulação dos procedimentos com o auxílio das moderadoras, contribuindo para sua aprendizagem e para a execução correta do socorro.

Foram respeitados os aspectos éticos da pesquisa, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sem possibilidade de identificação individual. Além disso, obteve-se o consentimento das instituições envolvidas para o desenvolvimento das atividades e aprovação do projeto de extensão do IFFar com parecer nº PJ135-2019. Ao final, todos os participantes foram certificados com carga horária correspondente a oito horas, emitido pela instituição de origem do projeto.

O objetivo geral do projeto de extensão foi o de realizar a formação em primeiros socorros de professores e funcionários de escolas, públicas e privadas, da rede básica de ensino e creches do local em questão.

## **Resultados**

Participaram da capacitação 42 escolas e creches do município de Santo Ângelo/RS. Destas, 41 eram escolas públicas de ensino e uma da rede privada. Foram capacitados

110 profissionais, dentre esses, professores, monitores, gestores e diretores das escolas.

Destaca-se que, independentemente do local no qual as mediadoras iniciavam a exposição sobre os acidentes e agravos aos quais os estudantes estão sujeitos dentro do ambiente escolar, notou-se uma postura inicialmente reflexiva dos participantes relacionada à constatação da importância desta temática. Tal observação pode estar relacionada ao incipiente conhecimento e discussões referente às técnicas básicas de primeiros socorros neste contexto.

Embora que a maioria dos professores e monitores demonstraram temor, despreparo e até mesmo pânico para lidar com qualquer tipo de acidente que exija intervenção rápida e eficaz, salientou-se que, deixar de prestar socorro à vítima de acidentes ou pessoas em perigo eminente é crime previsto no Código Penal Brasileiro.

Ademais, durante a capacitação foi enfatizada a importância de enquanto um socorrista ofereça os procedimentos de primeiros socorros a vítima o outro busque por ajuda nos serviços especializados disponíveis em cada cidade, mesmo que a pessoa já esteja consciente. Dessa maneira, foi ressaltado o número de contato do corpo de bombeiros e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), pois a maioria das pessoas não lembra ou desconhece o telefone desses serviços, quando necessitam chamar durante uma situação de urgência.

Durante as oficinas, é importante salientar que em cada situação foi enfatizado o que não era correto fazer, pois um socorro mal prestado pode trazer sérios riscos à saúde de quem precisa de cuidados, como por exemplo utilizar creme dental e gordura (banha) em queimaduras, pois muitas pessoas costumam fazer ou já ouviram falar, mas que pode agravar ainda mais a lesão. Outro exemplo de conduta errônea é segurar a língua de alguém que está convulsionando ao invés de lateraliza lá, assim trazendo riscos tanto para quem socorre quanto à vítima que necessita de socorro.

Cabe ressaltar que, no decorrer do curso surgiram inúmeras dúvidas, relatos de ocorrências vivenciadas pelas professoras e cuidadoras no âmbito escolar e questionamentos pertinentes ao tema, indicando que o conhecimento a respeito das condutas em primeiros socorros são pouco difundidas nesta população. Assim, evidenciou-se a importância de esclarecer todas as dúvidas e não apenas transmitir conhecimento, evitando possíveis agravos às condições de saúde de alguma criança e/ou adolescente.

Outra questão importante que foi discutida e que merece destaque são as práticas da sabedoria popular, conhecidas como “simpatias”, presente fortemente em determinadas

culturas e repassadas dentro do próprio ambiente familiar, como proferir rezas para a criança desengasgar-se, assoprar a queimadura em forma de cruz ou quando a criança cai e bate a cabeça fazer uma cruz com uma faca sobre o ferimento. Nesses casos, tanto o engasgamento quanto o Traumatismo Crânio Encefálico (TCE) que pode causar um hematoma subgaleal, são condições perigosas que exigem cuidados imediatos e que expõe a vida da criança ao risco no caso de condutas sem comprovação científica.

Diante destes relatos foi importante esclarecer que, apesar de nossos antepassados apresentarem muitas crenças culturais, não há nada científico que comprove tais condutas, sendo necessário agir com conhecimento, prática e segurança diante de alguma situação que exija a prestação dos primeiros socorros visando que o atendimento seja resolutivo.

Durante a capacitação, foram realizadas atividades práticas com as participantes presentes na oficina. Enfatiza-se que, ao fazer uso de metodologias participativas e estratégias inovadoras garante-se uma atuação de forma construtiva, participativa, promovendo a conscientização, o empoderamento e o envolvimento para as práticas voltadas aos primeiros socorros. Assim, contribui-se para a saúde e bem-estar das crianças e adolescentes que frequentam os espaços escolares ou vítimas que necessitem de atendimento em outro local.

Foi possível perceber por meio das atividades vinculadas ao projeto de extensão sobre primeiros socorros nas escolas que ainda há muito que capacitar e conscientizar a população sobre a maneira adequada e eficaz de prestar os primeiros socorros. Mesmo com a capacitação teórica e prática, a maioria dos profissionais da educação ainda demonstraram insegurança para prestarem um atendimento correto diante de alguma situação que necessite primeiros socorros.

Contudo, a partir da implantação concreta e da obrigatoriedade da Lei Lucas nos estabelecimentos de ensino, professores e funcionários estarão mais capacitados e menos inseguros, caso alguma criança ou adolescentes necessite atendimento de primeiros socorros dentro do espaço escolar. Assim, caso ocorra algum incidente com algum aluno que esteja sob seus cuidados, mais chances de sobreviver ou evitar sequelas essa criança ou adolescente terá.

## **Discussões**

Primeiros socorros se referem a procedimentos simples com a finalidade de salvar vidas em situações desastrosas de urgências e emergências. Tais procedimentos visam à prestação de assistência imediata a uma pessoa ferida, até que o socorro especializado esteja no local para prestar uma assistência de saúde mais minuciosa, adequada e

definitiva (LEITE et al., 2018).

Podem ser considerados também como os procedimentos imediatos aplicados em uma vítima que sofreu acidente antes que esta venha a receber atendimento de um profissional de saúde, tendo como finalidade manter os sinais vitais e garantir a vida da pessoa acometida. Geralmente, os primeiros socorros são prestados ainda no local da ocorrência (RAGADALI et al., 2015).

Ragadali et al., (2015) argumenta que qualquer pessoa pode prestar socorro, no entanto, deve ter conhecimento das técnicas corretas, quando realizá-las, o tempo correto de agir e parar. No entanto, deve-se ter cautela, pois prestar um socorro sem padrão de assistência, gerando agravos adicionais ao paciente é negligência, e também é considerado crime.

Para isso, é considerável que o profissional educador que seja socorrista tenha conhecimento teórico e prático de sua ação diante de tais situações. Observar a situação para não se tornar uma vítima também, além de manter a pessoa viva até a chegada do socorro especializado e evitar causar lesões ou agravar as já existentes são funções essenciais de quem realiza o socorro (VARELLA e JARDIM, 2011).

Os primeiros socorros têm dois objetivos, um deles é manter a pessoa viva em situações mais complicadas e ajudar a pessoa a se recuperar mais rápido nas demais situações (RAGADALI et al., 2015). Para os autores, ter noção de como agir em situações que exijam os primeiros socorros pode contribuir para ajudar muitas vidas, que poderão ser aprendidas em uma oficina prática, motivo pela qual o projeto de extensão incluiu atividades práticas também.

Acidentes no ambiente escolar são frequentes e podem ocorrer a qualquer momento e, nestes casos, fora do ambiente hospitalar, as intervenções devem ser realizadas no menor espaço de tempo possível e de forma correta (LEITE et al., 2018). No entanto, quando ocorre uma emergência no ambiente escolar ou acidente com algum aluno, estudo reforça que parte dos professores não sabem como agir frente a esses eventos, nem como evitá-los ou realizar os primeiros socorros (LEITE, FREITAS e MESQUITA, 2013).

Uma vez adquirido tais conhecimentos, por mais simples que pareçam ser, contribuem para minimizar o sofrimento e os danos futuros nas vítimas acidentadas e até salvar vidas (LEITE, 2018). A forma como as pessoas agem em uma situação de emergência antes da chegada do socorro médico pode significar a diferença entre a vida e a morte (LEITE, 2018). No entanto, a maioria das pessoas que chegam ao local do acidente não são suficientemente treinadas para prover o atendimento de emergência adequada.

Salienta-se que a realização de ações educativas no contexto escolar justifica-se com vistas a evitar danos e sequelas, contribuindo também para reduzir gastos no setor saúde (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014). Além disso, a promoção e a prevenção de acidentes precisam ser discutidas nas escolas, por meio de treinamentos, dinâmicas, acompanhamentos e avaliação realizada pelas equipes de enfermagem. A educação em saúde precisa ser disseminada, incentivando constantemente a adoção de comportamentos seguros e saudáveis (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014).

No entanto, no ambiente de trabalho, raramente as pessoas possuem conhecimentos de primeiros socorros, expondo a vida dos indivíduos ao risco em casos de emergência, devido à falta de atendimento imediato ou mesmo pela falta de atendimento adequado, que poderá agravar mais a situação (RAGADALI et al., 2015).

Contudo, ressalta-se que a procedência dos primeiros socorros não substitui a necessidade de o acidentado ser avaliado posteriormente pelo profissional médico, mas contribui para ganhar tempo até que chegue socorro ou que a vítima seja direcionada a um hospital mais próximo (DUTRA. 2005). Além disso, o ambiente escolar, por ser o lugar onde as crianças passam cerca de um terço do seu tempo, torna-se um ambiente propício à ocorrência de acidentes, devido ao grande número de crianças e jovens interagindo e desenvolvendo as mais diversas atividades (SILVA et al., 2017).

Ainda, os profissionais que atuam no ambiente escolar devem receber treinamentos formais e continuados para enfrentar as situações de emergências, pois as crianças e adolescentes em idade escolar são mais vulneráveis a sofrerem as situações de emergências. Calandrim et al., (2017) complementam que essa vulnerabilidade se dá devido as características próprias do desenvolvimento, como vias aéreas mais estreitas, menor massa corporal e pele mais fina e suscetível a lesões.

No entanto, um desafio destacado no ambiente escolar também se refere a disponibilidade de tempo e local no ano letivo escolar para que os professores e funcionários possam participar anualmente de cursos e treinamentos em primeiros socorros. Conforme apontado por autores, recomenda-se que estas atividades sejam anualmente programadas no calendário escolar e estejam integrados aos conteúdos pedagógicos trabalhados nestas escolas (CALANDRIM et al.,2017).

Para minimizar estes obstáculos, é importante uma maior atuação do enfermeiro no ambiente escolar para promoção da saúde e prevenção de agravos. Estar inserido na rotina escolar pode contribuir para que este profissional possa desenvolver ações de capacitação dos professores e dos funcionários sobre diversos temas, principalmente,

ao exposto nesse relato de prevenção de acidentes e primeiros socorros, fortalecendo a relação dos profissionais da saúde e da educação, como propõe o PSE já descrito anteriormente (BRITO et al., 2020).

Corroborado a isso, Calandrim et al., (2017) mencionam que devido à isso, estes treinamentos devem ser permanentes, com conteúdo e demonstrações práticas, simulação de atendimentos e construção de cenários próximos das situações reais para que os sujeitos possam participar ativamente e adquirir habilidades em primeiros socorros.

A prática é um momento de aprendizagem, pois reforça as habilidades adquiridas e possibilita aplicá-las em novas situações (CALANDRIM et al., 2017). Desenvolver atividades práticas foi essencial para o aprendizado e a fixação do conteúdo, sendo necessário, conforme apontado por alguns autores, que as capacitações devam ocorrer de forma periódica para manter o conhecimento atualizado (BRITO et al., 2020).

Os profissionais da saúde capacitados têm a responsabilidade com o processo de ensino-aprendizagem de pessoas leigas no atendimento de emergências. Uma vez que esse tipo de atendimento envolve uma complexidade de ações, estabelecendo nessas instituições um programa de treinamento sobre primeiros socorros para leigos que ofereça treinamentos e avaliações periódicas (CALANDRIM et al., 2017).

Diante disso, a educação permanente é uma prática institucionalizada que busca fortalecer as ações de equipes, centrada em resolver problemas, promovendo a apropriação do saber científico (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014). Apesar das oficinas contribuírem para o conhecimento dos profissionais que atuam nas escolas, ressalta-se a necessidade de periodicamente serem realizadas capacitações para que o conhecimento seja cada vez mais reforçado.

A promoção da saúde e a prevenção agravos precisam ser abordadas nas escolas, por meio de treinamentos, dinâmicas, acompanhamentos e avaliação que podem ser realizados pela equipe de enfermagem. Para isso, a educação em saúde precisa ser disseminada, incentivando constantemente a adoção de comportamentos seguros e saudáveis (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014).

Destaca-se que se os profissionais que atuam no ambiente escolar fossem capacitados para o atendimento de situações de primeiros socorros, muitos acidentes poderiam ser evitados e/ou teriam seus impactos negativos à saúde dos alunos minimizados (LEITE et al., 2018). Além disso, qualquer indivíduo pode ser surpreendido por uma situação de emergência, e nem sempre a chegada do socorro por profissionais capacitados será imediata, e é nesse intervalo de tempo que prestar os primeiros socorros de forma correta

é determinante para a vítima, já que podem evitar sequelas irreversíveis e até mesmo sua morte (TINOCO, REIS e FREITAS, 2014)..

Ragadali et al., (2015) complementam que é de suma importância que as pessoas busquem realizar cursos e treinamentos de primeiros socorros constantemente para elevar seus conhecimentos mesmo que este treinamento não faça parte de sua profissão, mas que pode ser aplicada no trabalho, no trânsito, no lar, na escola ou em qualquer outro lugar.

Diante do exposto, cabe destacar que o propósito desse relato também se alinha ao da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (ABRAMET), a qual entende que treinamentos de primeiros socorros serão sempre de grande utilidade em qualquer ambiente. Podem ser muitas e variadas as situações em que o conhecimento pode levar a uma ação imediata e garantir a sobrevivência de uma vítima (DUTRA, 2005). Para isso, a Lei prevê que a periodicidade dessas capacitações seja anualmente e que cada escola disponha de um kit de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas no treinamento (BRASIL, 2018).

### **Limitações da experiência**

A principal limitação da experiência foi o fato de que nem todos os profissionais puderam participar das atividades, sendo necessário que novos encontros sejam realizados para sensibilizar a totalidade dos profissionais que atuam nas instituições de ensino. Destaca-se a necessidade de realização do projeto também junto aos alunos destas instituições, garantindo que sejam multiplicadores do conhecimento em seus ambientes domiciliares.

### **Contribuições para a prática**

Foi possível contribuir para a redução dos agravos infantis decorrentes de acidentes e que podem ser minimizados com o atendimento imediato à vítima e com a aplicação da técnica correta de primeiros socorros. Nesse sentido, enfermeiros enquanto profissionais de saúde e educadores, possuem um papel fundamental nessa formação, capacitando e oferecendo a essas espaços escolares a oportunidade de aprender, compreender, discutir e questionar as técnicas de atuação em casos de emergências, onde os primeiros socorros possam ser aplicados até a chegada de um socorrista especializado.

### **Considerações finais**

A capacitação por meio de palestras, rodas de conversas e dinâmicas de grupos, realizadas para os professores e funcionários das escolas e creches participantes desse

estudo, propiciaram agregar conhecimento sobre como proceder em casos necessitem primeiros socorros a esses profissionais. Ao implementar e divulgar a Lei Lucas (Lei nº 13.722/18), até então pouco conhecida tanto pelos gestores e professores, quanto pelos pais dos alunos, permite que estes estejam mais tranquilos diante de uma situação que exija noções básicas de primeiros socorros, pois estarão capacitados para agir diante destes casos. Também, por meio destas atividades, buscou-se propiciar reflexões críticas, oportunizando a (re)significação de conceitos e entendimentos sobre primeiros socorros.

## REFERÊNCIAS

1 Brasil, Ministério da Saúde e da Educação. Passo a Passo – Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília (DF): Ministério da Saúde e da Educação; 2011 46p.

2 Setúbal. José Luiz. Do que as crianças morrem no Brasil. Instituto PENSI – Pesquisa e Ensino em Saúde Infantil. Blog Saúde Infantil. São Paulo/SP. 16/03/2018. Disponível em: <https://institutopensi.org.br/blog-saude-infantil/do-que-morrem-as-criancas-no-brasil/#:~:text=A%20taxa%20de%20mortalidade%20na,sendo%20maior%20na%20regi%C3%A3o>  
Acesso em 28 de março de 2021.

3 Tinoco VA, Reis MMT, Freitas LN. O enfermeiro promovendo saúde como educador escolar: atuando em primeiros socorros. Revista Transformar. 2014; 6.

4 Ragadali Filho A, Pereira NA, Lela I, Anjos QS, Loose JTT. A importância do treinamento de primeiros socorros no trabalho. Revista Saberes. 2015; 3(2):114-25.

5 Leite HSN, Bonfim CR, Formiga HJB, Ferreira AM, Barbosa ABA, Martins ENX. Primeiros Socorros na Escola: conhecimentos da equipe que compõe a gestão educacional. Temas em Saúde. 2018: 290-312.

6 Leite ACQB, Freitas GB, Mesquita MML. Primeiros Socorros nas Escolas. Revista Extendere. 2013; 2(1).

7 Brasil Lei 13.722 de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília (DF): Ministério da Educação; 2018.

8 Silva LGS, Costa JB, Furtado LGS, Tavares JB, Costa JLD. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. Enferm.

Foco. 2017; 8(3):25-9.

9 Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Conheça cidades e estados do Brasil. Brasília (DF): IBGE; 2020.

10 Santo Ângelo. Lei n.3.976 de 29 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Santo Ângelo. Santo Ângelo (RS); 2015.

11 Freire P. Educação como prática libertadora. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra; 1996.

12 Dutra OO. Noções de primeiros socorros no trânsito. São Paulo(SP): ABRAMET; 2005.

13 Calandrim LF, Santos AB, Oliveira LR, Massaro LG, Vedovato CA, Boaventura AP. Primeiros socorros na escola: treinamento de professores e funcionários. Rev Rene. 2017; 18(3):292-9.

14 Brito JG, Oliveira IP, Godoy CB, França APSJM. Efeito de capacitação sobre primeiros socorros em acidentes para equipes de escolas de ensino especializado. Rev Bras Enferm. 2020; 73(2):e20180288.

15 Varella D, Jardim C. Primeiros Socorros: um guia prático. São Paulo(SP): Claroenigma; 2011. 293p.